

constitucional está enxuta, clara, objetiva e quase irreparável; e o fato de ela ser regulamentada por lei complementar, a posteriori, avança ainda mais na possibilidade das minúcias do projeto. Agora, é muito importante que não tenhamos, neste tema, que é cirúrgico para o Estado do Rio de Janeiro, outros temas acessórios que não venham a fazer parte desta questão. E aqui não se trata de divergência. V. Exa. há pouco citava, por exemplo, com muita propriedade, a questão da Ceda. V. Exa. falou, há pouco, de uma emenda da questão da Ceda. E eu tenho divergências na posição de V. Exa. nessa questão, por exemplo, mas é divergência absolutamente passível de discussão. Por quê? Porque, no meu entendimento, o que nós debatemos na concessão de serviços da Ceda não está aqui em discussão do que nós vamos fazer a respeito das participações de royalties, daquilo que está previsto na arrecadação do orçamento e desse superávit; como V. Exa. disse, o plano é este, apresentado pelo Presidente André Ceciliano, do superávit de 30% para o Fundo Soberano. Se nós trouxermos outros temas para este debate, eu quero dizer, Deputado Luiz Paulo, que podemos ter problemas para aprovar este debate tão fundamental para o Estado do Rio de Janeiro e fundamental para a proposta inicial.

Então, quero aqui firmar um compromisso de que, primeiro, o que está aqui tem o compromisso do Governo de avançar. Eu apontaria apenas no debate, vou salientar aqui a questão da data, mas para que nós tenhamos a velocidade para aprovar algo que é unânime na discussão, tão valoroso e importante para o Estado do Rio de Janeiro. Seria fundamental que o mínimo nós fizéssemos com questões que não fossem diretamente ligadas ao que está no objetivo primeiro do Fundo Soberano. Excedente arrecadado com a compensação financeira do que trata o art. 20, § 1º, da Constituição Federal, e com participações especiais, devida pelo concessionário de exploração e produção de petróleo e gás natural. Qualquer coisa além do que está aqui pode nos trazer para o Parlamento uma discussão que pode ferir e prejudicar essa que é, na minha opinião, uma medida fundamental de proteção e futuro da parte financeira e econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Fica aqui minha contribuição. Eu quero dizer a V. Exa., mais uma vez, da maneira importante que traz esse tema e do nosso compromisso em fazer o melhor para o Estado do Rio de Janeiro em defender uma matéria tão importante apresentada pelo Presidente André Ceciliano, com a colaboração do nosso Secretário de Fazenda, que também tem o mesmo compromisso de olhar o bem e a recuperação do Estado.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Deputado Luiz Paulo, gostaria de fazer uso da palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Márcio Pacheco.

Deputado Alexandre Freitas, eu não sabia que o senhor ainda estava presente.

Por favor, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Obrigada, Deputado Luiz Paulo. Sempre presente e ouvindo atentamente os debates.

Deputado Luiz Paulo, antes de mais nada, bom-dia a todos.

Acho que esse debate acerca do Fundo Soberano é fundamental para que a gente ponha um fim a uma tradição que existe no Estado de que todo excedente arrecadado ou vai para majoração de salários ou presta a se perder pelo ralo. Infelizmente, a gente tem um histórico muito ruim de uma irresponsabilidade fiscal no nosso Estado, a gente tem uma Previdência que é a maior responsável pela desigualdade no nosso Estado, ela gera uma desigualdade absurda; a gente precisa tratar desse tema de forma urgente e, principalmente, a Previdência sempre acabou com a capacidade de investimento diante das riquezas produzidas pelo Estado, como é, por exemplo, os royalties e participações especiais.

Então, eu acho, sim, que é uma oportunidade única para a gente debater essa nossa tradição de que as riquezas do Estado são direcionadas, única e exclusivamente, para pagamento de Previdência. As riquezas do Estado precisam se reverter para toda a sociedade fluminense e não para 2,5% da população que acumula riqueza ano a ano, impedindo que o Estado se desenvolva. Mas eu vou discordar do Deputado Márcio Pacheco. Acho, também, que é uma oportunidade de a gente começar a debater quais infundáveis fundos que nós temos. O Fundo de Combate à Pobreza, que nada mais fez do que promover a pobreza no Estado, tornando o Estado do Rio de Janeiro mais caro e mais difícil de se investir. As pessoas não querem vir para o Estado do Rio de Janeiro porque o ICMS é mais caro do que em outros Estados, graças ao Fundo de Amparo à Pobreza.

Então, a geração de riqueza se torna prejudicada. A gente precisa debater, por exemplo, por que o Judiciário e o Ministério Público acumulam tanto dinheiro em seus fundos ao invés disso ser devolvido para a população fluminense.

Então, eu acredito que esse Fundo Soberano pode ser uma oportunidade de a gente colocar uma limitação nos fundos do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, para a gente acabar com essa infinidade de fundos que apenas engessam o orçamento e impedem o gestor de alocar os recursos no momento e nos setores mais importantes para uma determinada realidade que o Estado se encontra.

E, também, uma preocupação. Ai, eu acho que me como à sua preocupação, Deputado Luiz Paulo. Acho que esse dinheiro da Ceda, que foi uma vitória, ainda que muitos que se dizem a favor dos pobres tenham lutado para que a Ceda não fosse... Não houvesse a concessão da Ceda, mas que hoje a gente viu quão errada era essa vontade política de alguns Parlamentares aqui da Alerj; e a gente tentar garantir que esse dinheiro não vá para o ralo. Que ele de fato seja empregado no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e que isso se reverta em algum benefício para a população. Obviamente que a concessão da Ceda já é uma vitória. Porque, agora, a gente vai ver as empresas, as concessionárias investindo de fato no saneamento básico, na distribuição de água, que são elementos essenciais para a dignidade da pessoa humana, coisa que a Ceda não fez historicamente.

Obrigado, Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Alexandre Freitas.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES - Sr. Presidente, V. Exa. me permitiria uma colocação para reflexão do grupo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - É sobre o Fundo? Se é sobre o Fundo...

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Se não for, não.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES - É sobre o Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES - Eu gostaria de que essa Comissão, na regulamentação, preocupasse-se... Como Subsecretário de Projetos e Fundos do Estado do Rio de Janeiro como um todo, nós estamos fazendo um amplo levantamento de todos esses fundos. Querida deixar para reflexão o seguinte: que o Fundo Soberano, que é importantíssimo, tivesse o cuidado com relação aos fundos que já recebem recursos dos royalties do petróleo, como o Fundo da Previdência e outros fundos. Está certo? Só para reflexão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Bom, vamos lá, para as considerações finais que eu devo fazer.

Como Presidente da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais e Presidente nesta Audiência Pública, eu não devo me afastar do tema. O tema é a discussão do Fundo Soberano. Nós não estamos discutindo, Deputado Márcio Pacheco, emenda nenhuma. As emendas, quando forem efetuadas, todas, serão discutidas no nível de Plenário.

Então, eu não estou discutindo emenda nenhuma. Estamos discutindo só o Fundo como foi concebido. Só fiz questão de expressar que lei complementar regulamentará a matéria. Essa era uma outra discussão. Numa Audiência Pública, cada um expressa as suas ideias. O Deputado Alexandre Freitas expressou as ideias dele sobre Ceda, que não é objeto desse debate. Eu tenho profundas discordâncias, mas não vou entrar nesse mérito.

Eu queria só fazer uma análise histórica, para concluir. O nosso Secretário de Fazenda Nelson Rocha ainda era menino, possivelmente, quando se fez a fusão da Guanabara com o Estado do

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, Deputado Eliomar Coelho há de lembrar. E, junto com essa fusão, foi criado o Fundes, Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, não se cogitava desses nomes "fundos soberanos", mas o que era o Fundes? O Fundes visava, nesse novo Estado que nascia, acumular recursos para investimentos importantes para solidificar a fusão. Também nessa época, não era hábito de se utilizar o termo "investimentos estruturantes".

Então, eu estava lembrando que já havia um poderoso Fundo neste Estado, que, ao longo dos anos, foi diluindo, a ponto de agora estar esquecido. E duas instituições também foram criadas para potencializar investimentos, que foram especificamente a Codin, no sentido de desenvolvimento dos distritos industriais, e a Agerio. Só esquecendo que esses instrumentos também existem. Para dizer que, exceção a uma pandemia, que é um evento destrutivo de grande magnitude, os orçamentos públicos têm as suas reservas de contingências para enfrentar e mitigar eventuais problemas de gestão. Estou dizendo isso para estabelecer claramente - e não estou criando juízo de valor, eu estou lendo a emenda constitucional - que o Fundo Soberano é um fundo de poupança para investimentos estruturantes e também para ser alavancador de outros investimentos. Muitas vezes até como contrapartida. É esse o conceito da emenda constitucional.

Alertando o Dr. Carlos Alberto que o conceito expresso na emenda constitucional não tira recurso nem do Rioprevidência nem do Fised, nominando os dois fundos que trabalham com a Segurança Pública, nem tampouco do Fecam, porque ele está trabalhando com excesso de arrecadação e não com os recursos previstos na LOA; está trabalhando só com eventuais excessos de arrecadação. Se a arrecadação do royalty e da PE se comportar da mesma forma como lançado na LOA, não terá dinheiro para o Fundo Soberano. Se este valor superar, 30% do que superar irão para o Fundo Soberano, então, não abala absolutamente a questão previdenciária.

Ora, o nosso querido Subsecretário e Economista Bruno Sobral nos lembrou da questão previdenciária. A questão previdenciária estará respeitada porque o Fundo não tirará nenhum real da previsão orçamentária, nenhum real. E, na Lei do Rioprevidência, está lá escrito com todas as letras: se o dinheiro do royalty e da PE não der para pagar o sistema financeiro, o Rioprevidência, ele será suplementado com a Fonte 00 Tesouro. E o Fundo Previdenciário e Financeiro do Rioprevidência está instituído para operar cada vez mais no vermelho, porque todo concursado que entra para o Estado vai para o Fundo Previdenciário e não para o Fundo Financeiro. E o Fundo Previdenciário está em azul. Não existe fundo que possa se manter se não há substituição dos funcionários dentro desse fundo. E o Fundo Financeiro já está aberto em dois fundos.

Então, o Fundo Financeiro só sai do vermelho, pode ter mudado porque os estudos do Fundo Financeiro se alteram, mas ele começa a se equilibrar lá em 2052. Usando a linguagem popular, Subsecretário Bruno Sobral, todos nós que somos desse sistema, já estivemos tocado para subir, ele só fica no azul por morte. Este é um drama do Estado do Rio de Janeiro e de quase todas as unidades da Federação que ainda não têm nenhuma equação no médio e curto prazo para resolver.

Não é por causa disso que a gente vai deixar de ter um Fundo Soberano, são duas questões em separado, mas poderá, já que a gente imagina o tempo, se o Secretário Nelson Rocha com o Governador assim decidir, quiçá servir para alavancar recursos para a gente se livrar dessa sarna maldita que foi aquele empréstimo tomado no paraíso fiscal de Delaware, com dinheiro do royalty e da PE poderá.

Então, veja só, as possibilidades são grandes, mas tudo isso terá que ser regulamentado em lei complementar. Hoje, nós estamos discutindo exclusivamente o Fundo, conforme nos propôs o Deputado André Ceciliano, Presidente da Assembleia Legislativa.

Dito isso, eu queria, em nome dos Deputados da Comissão de Tributação, que, ontem, me solicitaram - Deputada Martha Rocha, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Eliomar Coelho, entre outros -, que V. Exa., Secretário Nelson Rocha, poderia, na próxima quinta-feira, conversar com a Comissão de Tributação, em Audiência, sobre os próximos passos do Regime de Recuperação Fiscal. Eu tenho informado à Assembleia, e fiz em discurso e fiz hoje novamente, quais seriam esses passos, mas até agora o Executivo - e não é culpa de V. Exa., que acabou de assumir a Secretaria de Fazenda - não informou esses passos oficialmente.

Então, queremos ver se o senhor dispõe, na próxima quinta-feira, às 10h, o senhor com a sua equipe, para nos dizer um pouco sobre os andamentos, as contradições, os ganhos, enfim, todas as hipóteses que o senhor quiser aqui discutir para a gente sobre o Regime de Recuperação Fiscal, aproveitando o ensejo. Se V. Exa. tiver agenda, não precisa responder agora, eu vou lhe formular o convite oficialmente.

Dito isso, eu queria agradecer a presença de todas e todos. Eu acho que foi uma Audiência Pública proveitosa, é um tema que verificamos que tem uma concordância bastante grande e, evidentemente, vai haver discordâncias em alguns pontos, até porque se não houver discordância nós não estaremos no Parlamento Fluminense. O Parlamento, como o nome já diz, é o lugar de falar, de falar, de ter concórdias e discórdias, de ter contraditórios, mas isso, evidentemente, se dará na ambiência do Plenário.

Eu achei bastante positiva a Audiência Pública. Dou por encerrada nossa Audiência, dando boa tarde, visto que já vai dar meia-dia.

Muito obrigado. Está encerrada a Audiência Pública.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas e vinte e três minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 1ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, com as presenças dos Senhores Deputados, Tia Jú - vice-presidente, Átila Nunes - relator e Mônica Francisco, membros efetivos e da Senhora Deputada Adriana Balthazar, membro suplente da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era deliberar o Plano de Trabalho da Comissão e ouvir as Senhoras Ana Paula Miranda e Lana Lage Da Gama Lima - Professoras e Pesquisadoras do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense - InEAC/UFF. A seguir, a Senhora Presidente colocou em discussão o Plano de Trabalho da Comissão, mencionando que o mesmo foi amplamente divulgado no grupo de trabalho da Comissão. Após, mencionou que este é o elenco inicial das pessoas a serem ouvidas, cuja ordem de chamada ou a inclusão de outros nomes poderá ser alterada considerando-se o desenvolvimento do tema. Colocado o Plano de Trabalho em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos membros presentes. Em seguida, a Senhora Presidente realizou uma breve exposição sobre o assunto em tela e a seguir, informou que disponibilizaria o tempo de vinte minutos para que cada convidada fizesse suas considerações acerca do tema da CPI. Com a palavra, a Professora Ana Paula Miranda iniciou sua explanação agradecendo o convite para participar da reunião e manifestou imenso orgulho em poder contribuir para os trabalhos da Comissão. Continuando, discorreu sob seu objeto de pesquisa que se iniciou em 2008 e foi até 2016, analisando a Laicidade à Brasileira em diversos Estados do país. A Senhora Presidente, ao término da apresentação, agradeceu a participação da Professora. Ana Paula Miranda e passou a palavra para a Professora Lana Lage, que saudou os membros da Comissão, na pessoa da Deputada Martha Rocha e fez um relato sobre sua pesquisa desenvolvida no Instituto de Estudos Comparados em Adminis-

tração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, complementando-a com uma apresentação sobre "As Religiões Afro-Brasileiras em Campos dos Goytacazes: preservar, dar visibilidade e combater a discriminação". Após, a Senhora Presidente agradeceu a contribuição da Professora Lana Lage e fez algumas considerações sobre a apresentação realizada. Em seguida, passou a palavra para os demais Deputados para que fizessem suas perguntas e considerações finais. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata, cujas notas taquigráficas, em separado, a integram, ata esta que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), em vinte e cinco de maio de 2021.

(a) Orlando de S. S. Junior - Secretário "ad hoc"; (a) Deputada MARTHA ROCHA - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Olá, bom-dia a todas e todos, estamos iniciando a primeira reunião da CPI que apura a intolerância religiosa. Declaro abertos os trabalhos, às 10h23. Já estão conosco as Deputadas Adriana Balthazar e Mônica Francisco, em deslocamento o Deputado Átila Nunes e a Deputada Tia Ju, respectivamente, Relator e Vice-Presidente dessa CPI. E hoje nós ouviremos as Professoras Ana Paula Miranda e Lana Lage, ambas pesquisadoras da UFF, do Instituto Comparado de Administração de Conflitos.

Nesse momento, cumprindo aqui uma determinação do Regimento Interno, quero colocar em apreciação o plano de trabalho. O plano de trabalho já foi amplamente divulgado na nossa rede interna de debate que estabelecemos a partir da criação de um grupo no "WhatsApp" da CPI da Intolerância Religiosa; e esse plano já conta hoje com a indicação de 33 pessoas para serem ouvidas por esta CPI. Recentemente, anexamos as indicações da Deputada Tia Ju e do Deputado Waldeck Carneiro; ainda está em período aberto de prazo para apresentação de outras indicações.

Então, quero submeter aos Deputados presentes a aprovação do plano de trabalho. Indago aos Srs. Deputados presentes se desejam fazer alguma observação.

Não havendo quem queira discutir, aprovado o plano.

Então, mais uma vez agradecendo desde já a presença de todos aqueles que nos acompanham pela TV Alerj e, também, das nossas queridíssimas pesquisadoras, a Professora Ana Paula Miranda e a Professora Lana Lage. As nossas referências terão um prazo de vinte minutos, pedindo por gentileza a todos que se mantenham com o microfone fechado. Obrigada.

Então, repetindo: é uma alegria receber as nossas queridíssimas pesquisadoras da UFF, Professora Ana Paula Miranda e Professora Lana Lage. Eu faço essa referência, porque tenho o privilégio de conhecê-las há muito tempo, discutindo importantes temas da Segurança Pública. Cada uma terá o prazo de vinte minutos para apresentação das suas ponderações e, em seguida, vamos abrir aos Deputados presentes para possíveis questionamentos.

Indago qual das duas deseja fazer a primeira intervenção. Acho que pode ser decidido por ambas. Quem começa?

A SRA. ANA PAULA MIRANDA - Bom-dia.

A SRA. LANA LAGE - Nós já conversamos e Ana Paula vai iniciar.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, inicia o nosso debate a Professora Ana Paula Miranda, da UFF. Muito obrigada por estar conosco. Muito obrigada porque eu tenho certeza de que receberemos dados e conceitos que serão muito importantes para entender melhor esse crime de ódio que impede a liberdade de cada um professar a sua fé. Professora Ana Paula Miranda.

A SRA. ANA PAULA MIRANDA - Bom-dia, muitíssimo obrigada pelo convite. Eu vou já iniciar fazendo a leitura do texto que eu preparei para tentar até ficar abaixo do tempo, para que a gente possa conversar um pouco mais. Eu quero exatamente começar saudando a Presidente dessa CPI, a Deputada Martha Rocha, a quem agradeço muitíssimo o convite para falar. É uma honra fazer parte desse trabalho e, ao saudá-la, saúdo todas as autoridades que compõem esta CPI. Eu acho que como cidadã fluminense é um orgulho ver a construção deste trabalho. Eu acho que é um evento importantíssimo para a democracia no Estado do Rio de Janeiro. Eu desejo a todas e todos o sucesso nessa difícil tarefa de apurar as causas e as consequências e sugerir medidas de transformação dessa realidade.

Eu peço licença, também, para saudar aos religiosos de matriz africana, que têm sido os principais alvos de atentados no Rio de Janeiro. A eles eu dou meu Saravá, Motumbá, Kolofé e Mukuiu. Agradeço a eles, também, a interlocução com quem tenho desde 2008. Poder falar sobre a dor e a violação que lhes atinge, na condição de pesquisadora e Professora da Universidade Federal Fluminense é uma honra e um desafio. As agressões físicas e morais que pude presenciar, as histórias que pude escutar são inacreditáveis. Em pleno século XXI, mas elas infelizmente ainda acontecem.

Ao analisar a documentação que fundamenta a instalação da CPI, quando recebi o convite, pude notar que é ressaltado o crescimento de registro de casos de intolerância no Rio de Janeiro. Tal fato é uma das razões que justifica a sua criação. Mas eu gostaria de começar dizendo que pelo fato de o Brasil ser Estado laico, bastaria apenas uma vítima de uma minoria religiosa para que os poderes públicos fossem cobrados da garantia desses direitos. Nós não podemos aceitar sendo uma ou mil vítimas. O que está em jogo aqui é a garantia de um princípio, que é o princípio da liberdade religiosa. Muito me preocupa a ideia de que o Estado só vai agir se o número de casos crescer, que obviamente não é o caso da CPI, mas eu estou pensando as políticas públicas no conjunto delas. A gente sabe que a subnotificação é uma prática comum em vários crimes, ainda mais nos casos que atingem as religiões afro, que foram historicamente perseguidas pelo próprio Estado.

Então, eu saúdo a instalação dessa primeira CPI sobre intolerância religiosa no país. É um fato que merece registro: é a primeira vez que, no país, isso está sendo tratado como um assunto da gravidade que ele merece. Mas nós estamos com séculos de atraso. Depois disso, eu tenho esperança de que essa ação é um primeiro passo para construção de uma agenda pública voltada ao enfrentamento dessas causas e à mitigação das consequências da intolerância e, eu diria, do racismo religioso também.

Eu começo também chamando atenção de que o primeiro dossiê que foi produzido sobre casos de intolerância aconteceu em 1989, logo após a publicação da Constituição Federal, quando o extinto Instituto de Pesquisa e Estudo da Língua e Cultura Yorubá, na época, presidido pelo Jairo Pereira de Jesus, entregou um material produzido ao Ministério Público Federal. Contando, na cerimônia, com a presença da saudosa Mãe Beata de Iemanjá e da Mãe Meninazinha de Oxum, lideranças importantíssimas na construção da luta de defesa dos direitos religiosos de matriz africana no Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, desde então, os casos só aumentaram em quantidade e gravidade. E o Poder Público ainda patina em algumas das respostas.

Eu gostaria de dizer, para poder explicar por que eu estou aqui, a minha experiência de pesquisa no tema. Eu começo a pesquisar esse tema em 2008, junto à Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, um grupo que se organizou de religiosos de várias tendências religiosas, não só as de matriz afro, militantes do grupo negro, enfim, um grupo que se reuniu para dar conta de ataques que aconteciam no Rio de Janeiro, principalmente no Morro do Dendê, naquela ocasião. E, a partir daí, começamos uma mobilização política, uma mobilização judicial. E eu, na ocasião, produzi o primeiro relatório, o primeiro dossiê com casos que foram encaminhados à polícia e à justiça naquela ocasião. Eu coordenei esse trabalho com os estudantes que trabalhavam comigo. A partir daí, um tempo feito pesquisas em outros lugares também. Eu tenho acompanhado os terreiros, principalmente de Candomblé, os casos que atingem os terreiros de Candomblé. Porque há uma diferença nas violações dos terreiros de Candomblé aos terreiros de Umbanda. Esse é um dado importante. As agressões não são da mesma forma para todas as vítimas, há diferenças.